



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 5017304-61.2013.4.04.7100/RS**

**RELATOR** : LEANDRO PAULSEN  
**APELANTE** : JOSE ALEXANDRE GUILARDI DE FREITAS  
**ADVOGADO** : PAULO OLIMPIO GOMES DE SOUZA  
: LEONEL ANNES KEUNECKE  
: FELIPE DREYER DE AVILA POZZEBON  
: MICHELE DE ÁVILA RIVAROLLY LIMA  
**APELANTE** : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
**APELANTE** : JOAO QUIRINO MEDEIROS GONCALVES  
**ADVOGADO** : JOAO OLIMPIO DE SOUZA FILHO  
: EDUARDO DAVOGLIO DE SOUZA  
: FABIO MAFFESSONI KURY  
**APELANTE** : SILVANE DALA SANTA  
**PROCURADOR** : FABRÍCIO VON MENGDEN CAMPEZATTO (DPU) DPU074  
**APELADO** : OS MESMOS

**EMENTA**

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. AÇÃO PENAL PÚBLICA. DIVISIBILIDADE E OBRIGATORIEDADE. DELAÇÃO PREMIADA. LEI 12.850/13. ACORDO CELEBRADO ANTES DE SUA VIGÊNCIA. SIGILO PRESERVADO. INÉPCIA DA DENÚNCIA NÃO CONFIGURADA. INDEFERIMENTO DE PROVAS IRRELEVANTES. POSSIBILIDADE. PRAZO EM DOBRO CONCEDIDO PARA A DPU. IMPOSSIBILIDADE DE EXTENSÃO AO CORRÉU. GESTÃO FRAUDULENTA DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA E APROPRIAÇÃO INDÉBITA DE RECURSOS (ARTS. 4º E 5º DA LEI 7.492/86). CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL. CRIMES PRÓPRIOS. POSSIBILIDADE DE COAUTORIA. CONSTITUCIONALIDADE DO TIPO DE GESTÃO FRAUDULENTA.

1. Asações penais públicas, embora obrigatórias, são divisíveis em função da conveniência para a instrução. Eventual inexistência de formalização de acusação contra outros envolvidos na trama delitiva pode atrair a aplicação do art. 28 do CPP (remessa dos autos à câmara de coordenação e revisão do MPF), mas jamais configurará fundamento para afastar a responsabilidade daqueles efetivamente denunciados.

2. A delação premiada constitui acordo entre o investigado e as autoridades, de modo a viabilizar a apuração da extensão objetiva e subjetiva dos ilícitos praticados, com apontamento de provas a respeito, tendo como contrapartida a minoração das consequências da repressão penal.

3. A delação premiada rege-se conforme a lei e o instrumento vigente e firmado por ocasião da sua celebração, descabendo a aplicação de lei posterior que fragilize a posição de quem realizou o acordo, expondo-o.

5017304-61.2013.4.04.7100



LVX©/LVXJ

8279663.V008





**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

4. Não é inepta a denúncia que expõe de forma clara o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, bem como aponta os elementos que supostamente indicariam a autoria delitiva. Adequação plena da peça inicial ao art. 41 do CPP.
5. Ao juiz, que é o destinatário da prova, é facultado indeferir as provas que entender desnecessárias, bem como "determinar, no curso da instrução, ou antes de proferir sentença, a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante" (CPP, art. 156, II). O deferimento de provas é matéria afeta, em regra, ao juízo de primeiro grau, salvo se configurado cerceamento de defesa, hipótese em que poderá ser alegada, em segundo grau, preliminar específica a ser apreciada à luz do conjunto probatório e da sentença que foi proferida.
6. O prazo em dobro conferido à Defensoria Pública da União está previsto pelo art. 44, inciso I, da Lei Complementar nº 80/94, cujo desiderato é permitir que o órgão público, responsável pela defesa de milhares de réus no âmbito criminal, consiga coordenar seus esforços de forma satisfatória. Não há razão para estender tal disposição legal ao corréu com advogado privado por ele constituído.
7. Os delitos de gestão fraudulenta e apropriação indébita, capitulados nos arts. 4º e 5º da Lei 7.492/86, muito embora sejam crimes próprios, não impedem que um terceiro, estranho à administração da instituição financeira, venha a ser coautor do delito. Inteligência dos arts. 29 e 30 do Código Penal.
8. Inexiste vício de validade perante a Carta Federal do art. 4º da Lei nº 7.492/86, porquanto tanto a "gestão fraudulenta" como a "gestão temerária" não causam divergências quanto ao seu entendimento, nem são incompatíveis com os princípios da legalidade e da segurança jurídica.
9. Os crimes de gestão fraudulenta e apropriação indébita previstos na lei dos crimes contra o Sistema Financeiro Nacional (arts. 4º e 5º da Lei 7.492/86), quando perpetrados com desígnios autônomos, não implicam consunção.
10. Pratica o crime de gestão fraudulenta (art. 4º da Lei 7.492/86) o administrador de instituição financeira que mediante falsidade documental promove o resgate de aplicações de letras de câmbio sem o conhecimento dos respectivos investidores, realiza registros contábeis fraudulentos para ocultar os desvios, remete informações inverídicas ao Banco Central do Brasil e publica demonstrações financeiras não fidedignas para induzir em erro investidores.
11. Configura o crime de apropriação indébita contra o sistema financeiro nacional (art. 5º da Lei 7.492/86) a conduta do administrador de instituição financeira que, sem o conhecimento dos investidores, utiliza recursos a ele confiados repassando-os à organização criminosa dedicada ao envio de valores ao exterior pela via ilegal denominada "dólar-cabo".

**ACÓRDÃO**

5017304-61.2013.4.04.7100



LVX©/LVX]

8279663.V008





**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia 8a. Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, por unanimidade, declarar extinta a punibilidade dos réus quanto ao crime do art. 5º da Lei 7.492/86, declarar parcialmente prejudicado o recurso do ministério público federal e, na parcela remanescente, negar-lhe provimento, bem como negar provimento aos recursos da defesa e substituir, de ofício, a pena privativa de liberdade do réu J.Q. por restritivas de direitos, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Porto Alegre, 28 de setembro de 2016.



Documento eletrônico assinado por **Desembargador Federal Leandro Paulsen, Relator**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **8279663v8** e, se solicitado, do código CRC **46CD7722**.

LVX©/LVX]

5017304-61.2013.4.04.7100

8279663.V008

